

Ricardo, Carlos Alberto; in

Brasil História: Texto e Consulta

Ed. Brasiliense, SP, 1977, 2º vol.

CEDI - P. I. B.
DATA 31/12/86
COD. B2Dφφφφ7

Capítulo XLII

A REVOLTA DOS CABANOS NO PARÁ

A "Cabanagem", também chamada "revolta dos cabanos",¹ ocorrida na Província do Pará, apresentou algumas das lutas mais violentas do período regencial. Por exemplo, em agosto de 1835 – quando se enfrentaram, em Belém, de um lado 3 mil "cabanos" (índios, negros e mestiços) liderados pelo jovem jornalista Angeim² e, de outro, os setores dominantes da sociedade local (proprietários de terra, comerciantes, profissionais liberais, soldados mercenários alemães, tropa imperial vinda do Rio de Janeiro, além da artilharia e da maruja dos navios de guerra portugueses e ingleses ancorados no porto); em maio de 1836, quando as forças repressivas comandadas pelo Brigadeiro Soares de Andrea, interventor enviado pelo poder central, tomaram a Capital, dispersaram os rebeldes e iniciou-se um longo período de "pacificação" pela via do massacre.

¹ A palavra *cabano* refere-se à parcela humilde e despossuída da Amazônia, que habitava em cabanas à beira dos rios e igarapés. Constituíram-se na grande maioria envolvida na *Cabanagem*. A mesma palavra é utilizada para membros de facções políticas de Pernambuco, Alagoas e Maranhão, durante o período regencial.

² Eduardo Angelim Nogueira era cearense de Aracati, tendo migrado para o Pará após a grande seca de 1827. Era seringueiro e tornou-se um dos mais famosos líderes populares da *Cabanagem*, chegando à presidência da província, durante a vigência do domínio cabano. Preso em 1839 pelas forças de Soares de Andrea, no ano seguinte foi mandado ao Rio, exilado por dez anos. Voltou a Belém em 1851 e morreu em 1882.

Vários historiadores, como Caio Prado Jr., são unânimes em considerar a *Cabanagem* como "o mais notável movimento popular do Brasil (. . .), o único em que as camadas mais inferiores da população conseguem ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade".³

A *Cabanagem* se inscreve no quadro de agitações que marcaram o período de consolidação do Estado nacional, no qual, rompidas as amarras da política colonial, emergiram por todo o país conflitos de interesse entre setores das classes dominantes regionais. Nesses conflitos foram mobilizados amplos contingentes das camadas mais baixas da população, a reboque das facções dominantes. Abriu-se uma crise profunda no sistema de dominação, marcada, entre outras coisas, pela agitação de idéias liberais e pela desestruturação do aparato repressivo.⁴ Por essa brecha do sistema de dominação irrompeu, com relativa autonomia, a violência das camadas dominadas da população, ameaçando o *status quo*, até que se criasse o novo consenso entre os setores dominantes regionais, pilar da "pax imperial" do segundo reinado. Na *Cabanagem*, as camadas mais baixas da população

³ Prado Jr., Caio, *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, 3ª ed., Brasiliense, São Paulo, 1961, p. 71.

⁴ Ver a esse respeito a obra de Gustavo Moraes Rego Reis, *A Cabanagem: um episódio de Guerra Insurrecional na Amazônia, 1835/1839*, Manaus, 1965, pp. 38 e ss. Mais adiante, neste mesmo capítulo, há referências mais concretas sobre esse assunto.

— os índios aldeados, tapuios,⁵ negros escravos e caboclos — foram inicialmente requisitadas pelas facções locais a participar das agitações em torno da independência e acabaram por controlar, com certa autonomia, uma parcela da violência que se disseminava amplamente. Essa violência foi utilizada contra a ordem dominante, atingindo vários pontos do imenso território da Amazônia, conforme confessava o próprio presidente Francisco Soares de Andrea, em relatório dirigido à Assembléia Provincial do Pará, em 2 de março de 1838: “À exceção da Vila de Cametá, Freguesia de Abaeté, Praça de Macapá, e das Vilas e pequenas Povoações do Rio Xingu, não me consta que alguma outra parte desta vasta Província

escapasse ao furor dos malvados; assim foram destruídos a maior parte dos Engenhos, Fazendas, dispersos ou mortos os seus escravos, consumidos os gados de criação e extinta a sementeira dos gêneros mais precisos do sustento ordinário; e há Distritos aonde não deixaram vivos nem um só homem branco; e por toda parte se sente a falta da População de todas as classes. . .”⁶

As elites locais somente puderam recompor-se graças ao amplo apoio do poder central e de mercenários ingleses. Desencadear-se-ia, sob o comando de Soares de Andrea, uma violenta campanha de repressão, uma verdadeira guerra sem quartel, até ao esmagamento completo do último foco de cabanos.

1. Características Sócio-econômicas do Pará

A Província do Grão-Pará foi desmembrada do Maranhão em 1772 e estendia-se por toda a área amazônica, englobando os atuais Estados do Pará, Amazonas, Acre e os territórios, com suas fronteiras externas ainda não totalmente delineadas. Administrativamente subdividia-se em duas capitânias, a do Pará, com sede em Belém, e a de São José do Rio Negro (criada por carta régia de 3 de março de 1755), com sede em Barcelos⁷ e subordinada à primeira.

Desde os primórdios da colonização a província estabeleceu contatos diretos com a metrópole. Até à independência recebia orientação política diretamente das cortes de Lisboa, sem a mediação das autoridades sediadas no Rio de Janeiro. O governo da província funcionava à base de juntas nomeadas pela metrópole e elegia seus representantes junto às cortes de Lisboa.

A população — composta basicamente de índios aldeados, tapuios, negros escravos e mestiços — concentrava-se nos arredores de Belém, em pequenos núcleos à beira dos rios e igarapés e nas inúmeras ilhas do estuário do Amazonas. Subindo os rios, em direção ao interior, lugares dispersos pontilhavam as rotas de colonização e de circulação de mercadorias. Este primeiro quadro da população completa-se com o grande número de indígenas arredios, dispersos por toda a área amazônica.

Dados oficiais de 1799 assinalavam para a província uma população de 83 454 habitantes, dos quais 67 978 no Pará e 14 480 em Rio Negro.⁸ Em 1820 a cidade de Belém contava com 24 mil habitantes, Cametá com 8 mil; Espírito Santo de Moju, Macapá e Santarém com pouco mais de 2 mil cada. A maioria das aglomerações não passava de 300 a 600 moradores.⁹ Já em 1839, data em que a *Cabanagem* já estava praticamente controlada, Belém contava apenas com pouco mais de 13 mil habitantes (dos quais 4 530 eram escravos) e toda a província contava com 180 a 200 mil almas, excluindo-se os índios arredios.¹⁰

A economia da região amazônica, durante o século XIX, baseava-se, como no passado, na exploração das chamadas *drogas do sertão*, de madeiras, dos cacauais, dos pesqueiros. A força de trabalho era composta por grande número de escravos negros, por mestiços e pela grande massa de tapuios, sobre os quais recaía o grosso da atividade extrativa e de transporte de mercadorias da região.

⁶ Citado por Moreira Neto, Carlos de Araújo, *A Política Indigenista Brasileira durante o Século XIX*, tese de doutoramento apresentada à Cadeira de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, São Paulo, 1971, mimeog. p. 19.

⁷ Reis, A. C. F., “O Grão-Pará e o Maranhão,” in Holanda, Sérgio Duarte de (dir.), *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, *O Brasil Monárquico*, 2º volume, *Dispersão e Unidade*, 2ª ed., Dif. Eur. Liv., São Paulo, 1967, p. 71.

⁸ Bruno, Ernâni Silva, *História do Brasil, geral e regional*, vol. I, *Amazônia*, Cultrix, São Paulo, 1966, p. 87.

¹⁰ Dados retirados do Relatório do Presidente de Província, Sousa Franco, do ano de 1839, citado por Moreira Neto, op. cit., pp. 29-30.

⁵ *Tapuios* refere-se à parcela da população composta por índios destribalizados, totalmente desorganizados em virtude de um processo que será melhor descrito mais à frente, neste mesmo capítulo.

⁷ Em 1791 a sede administrativa de S. José do Rio Negro transferiu-se para a Barra do Rio Negro (Manaus). Em 1798 retornou a Barcelos para em 1808 voltar de vez para Manaus.

No tempo do Marquês de Pombal, havia crescido o cultivo de cacau, cravo, salsa, cana, algodão, arroz, tabaco e café, no baixo Amazonas. A pecuária ocupou a margem esquerda da região e as ilhas do estuário, e já nos primeiros anos do século XIX a ilha de Marajó contava com 226 fazendas de criação, ocupando mão-de-obra livre, principalmente tapuios.¹¹

Os antigos "pesqueiros reais" garantiam alimentação para a região e ainda produziam alguns excedentes exportáveis. A produção de manteiga de tartaruga era exportada em potes de barro feitos em olarias. A produção de borracha, ainda em 1820, era

reduzida. A atividade comercial, tradicionalmente monopolizada por portugueses, a partir do início do século passou a ser exercida também por ingleses. Belém constituiu-se no principal centro comercial, escoadouro das exportações, e mantinha relações comerciais com Caiena, Gibraltar, Portugal, Marselha e Nova York. Santarém, no baixo Amazonas, era uma espécie de entreposto que recebia as drogas do sertão a serem comercializadas em Belém. Ega (ou Tefé) era empório comercial da parte alta do Solimões e seus afluentes e os comerciantes ingleses e reinóis de Belém ali tinham sucursais para venda e compra de mercadorias.¹²

2. O Problema Indígena

É necessário cuidar mais detidamente da situação dos índios — aldeados e tapuios — que tiveram grande participação durante a *Cabanagem* e constituíram os últimos focos de rebeldes a serem alcançados pela repressão.

A lei de 5 de junho de 1755 — base de toda legislação pombalina, inclusive o "Directório" de 1757, que disciplina a sua aprovação — afirmava o princípio da liberdade indígena e suspendia a tutela missionária (Regimento das Missões). Essa medida, como se viu, longe de significar um tratamento mais humanitário e respeitoso às populações indígenas, inscrevia-se numa lógica econômica mais ampla. Isso não quer dizer que no período anterior à legislação pombalina, o das missões religiosas, a situação dos indígenas fosse mais amena: "usando dos mesmos processos de cativeiro e domínio aplicados pelos seculares, os padres logravam acrescentar os seus estabelecimentos ao passo que os dos simples colonos minguavam, até a extrema decadência. Escravos eram os índios em poder destes, como no daqueles, e em ambas as partes o trabalho violento. Não era talvez menor a tirania do religioso, na missão, que a do lavrador na fazenda... As missões enriqueciam, portanto: e as dos Jesuítas sobrepujavam a todas, em número e valor das propriedades. Nessa época possuíam elas, na Capitania do Pará, nove fazendas rurais, no Marajó, seis de criação de gado e sete outros estabelecimentos agrícolas: daí retiravam copioso produto de farinhas, algodão, açúcares, aguardente e cacau. Faziam salga de peixes, com que alimentavam a sua gente, e realizavam capital, vendendo muito disso. Utilizavam as riquezas da floresta, cortando madeiras e fabricando embarcações. As

mulheres dobavam novelos, teciam panos de algodão; e por esta sorte cunhavam o dinheiro da terra. As aldeias de índios mansos, em todo o extenso Amazonas, seriam para mais de sessenta. Aí se aglomeraram os restos das nações menos bravias, desparecendo a olhos vistos, ao contato dos brancos, e sob a influência fatal da escravidão. Por uma avaliação posterior (de Mendonça Furtado) pode-se computar em cinquenta mil almas, aproximadamente, o número desses indígenas. Os outros, mais bárbaros, empenhavam-se em sítios recônditos, procurando debalde defender a liberdade com que, só longe do alcance dos europeus, poderiam contar."¹³

Durante o período de vigência da legislação pombalina (1757 a 1798), funcionaram os chamados *diretórios*, aldeamentos promovidos à categoria de vilas, e lugares, dirigidos pelos próprios moradores sob a orientação de um diretor nomeado pelo governo.¹⁴ Uma avaliação da política dos diretórios, feita por um conselheiro de D. João VI, o Marquês de Queluz, revelou suas conseqüências desastrosas para as populações indígenas: "para Diretores foram escolhidos homens sem educação nem probidade, que não viram no emprego senão um meio de fazer fortuna... e este é outro excesso dos Diretores, que não tratam como tutelados senão como escravos toda a vida. O despotismo dos Governadores dispendo dos indígenas em favor dos proprietários particulares, que, ou por falta de escravos, ou por não arriscarem os que têm a certos trabalhos perigosos, pedem grande número de índios que obtêm por preços muito cômodos. Onde

¹¹ Bruno, E. S., op. cit., pp. 78-80.

¹² Idem, ibid., p. 81.

¹³ Azevedo, J. Lúcio, citado por Moreira Neto, op. cit., pp. 5-6.

¹⁴ Bruno, E. S., op. cit., p. 72.

resulta que os indígenas arrancados a lavouras começadas perdem-nas absolutamente sem indenização e não lhes bastando para a sustentação anual o salário que dos particulares recebem, caem em miséria, roubam, desertam, e cometem crimes inseparáveis da ociosidade indigente. Verdade é que a Lei permite a distribuição de índios pelos proprietários particulares, mas ela se entende a respeito dos selvagens, que foram conquistando e não das famílias já estabelecidas, aviladas, e ocupadas na lavoura.”¹⁵

Extinta a legislação pombalina, abriu-se uma fase, que vai pelo menos até ao final do período regencial, de recrudescimento das práticas de aliciamento coercitivo de índios arredios para o trabalho (os “descimentos”) e de desestruturação dos aldeamentos. Verdadeiras campanhas militares foram promovidas contra tribos consideradas irredutíveis.¹⁶ Os resultados desses processos violentos, que marcaram as relações entre índios e brancos na Amazônia, foram, basicamente, um acúmulo de tensões e ódios que explodiram inúmeras vezes em revoltas indígenas que pontilharam o tempo e o espaço; e também a formação de uma “... massa profundamente desorganizada e aviltada, dispersa, e sem propriedade, que passaria a integrar o vasto contingente dos ‘tapuios’, isto é, índios destribalizados que constituem a grande reserva de força de trabalho na Amazônia, formalmente, distintos, tanto da população sertaneja quanto dos indígenas tribais ou aldeados. A situação de instabilidade econômica, social e política que caracterizou a vida na Amazônia nos

anos que se seguiram à independência e que teve na permanência do domínio de grandes proprietários e comerciantes portugueses sua explicação mais profunda, vai encontrar nos ‘tapuios’ uma força latente de rebelião que acabará por explodir durante a Cabanagem”.¹⁷

Um bom exemplo da situação apresentada encontra-se na história dos índios muras, que entraram em contato com os brancos por volta de 1784 – portanto durante a vigência da legislação pombalina – no rio Juruá. As várias tentativas feitas para engajá-los às vilas e lugares não surtiram efeitos duradouros. Suas relações com a sociedade regional era oscilante: ora se aproximavam, ora se rebelavam contra ela. Boa parte dos muras era empregada na pesca e salga de peixes e na coleta de drogas do sertão. Eles frequentemente foram enganados pelos empregadores, dos quais recebiam pouco ou quase nada pelo trabalho que realizavam. Em um documento anônimo de 1826, o seu autor revelava-se surpreendido com o fato de os muras ainda não se terem rebelado. Atribua isso à ausência de condições objetivas e ao temor que os indígenas tinham do poderio bélico da sociedade regional. Dez anos depois dessas considerações, os muras pegaram em armas e engrossaram as fileiras da *Cabanagem*, como um dos grupos mais agressivos. A eles se atribui a morte de um dos caudilhos mais impiedosos a serviço da legalidade no alto Amazonas, Ambrósio Aires Bararoá, que foi massacrado com a maioria de suas tropas, nas proximidades do lago dos Altazes.¹⁸

3. O Clima Agitado, desde a Independência

Declarada a independência no sul, em 1822, a Província do Pará só iria reconhecê-la em 15 de agosto de 1823. Embora a luta pela independência já estivesse instalada no seio da sociedade local, através das lutas de facções da classe dominante,¹⁹ ela atingiu velocidade e radicalidade após 1822. Esse período de agitação assumiu gradativamente feições populares, propiciando o aparecimento e afirmação de líderes. Não se tratava apenas de manobras de cúpula e facções dominantes, mas um período em que a agitação permeou toda a estrutura da sociedade local, até eclodir em um movimento armado generalizado, no ano 1835.

No período que vai de 1822 até 1835, uma série enorme de acontecimentos constituiu a já referida

crise profunda do sistema de dominação. A agitação dos liberais radicais, encabeçados pelo Cônego João Batista Gonçalves Campos,²⁰ inicialmente circunscrita a Belém e arredores, alcançou outros pontos do litoral e interior. Vários elementos acusados de conspirarem pela independência eram presos e deportados para o interior da província, onde propagavam suas idéias e constituíam novos focos, incluindo, como base de apoio, as populações locais. Já em 1823 Santarém, Cametá, Macapá, Monte Alegre e Vigia se constituíram em núcleos de conspiração.

¹⁷ Idem, *ibid.*, pp. 4-5.

¹⁸ Idem, *ibid.*, p. 13-A.

²⁰ João Gonçalves Batista Campos, cônego, jornalista e liberal radical, com ativa participação nas agitações políticas da Amazônia em torno da independência. Dirigiu o jornal “O PARAENSE” e colaborou na “SENTINELA MARANHENSE NA GUARITA DO PARÁ.”

¹⁵ Moreira Neto, *op. cit.*, pp. 2-3.

¹⁶ Ver a esse respeito idem, *ibid.*, p. 3.

¹⁹ Ver a esse respeito Reis, A. C. F., *op. cit.*, p. 117.

Em janeiro de 1823, o grupo de Batista Campos reuniu número suficiente de pessoas para jurar a Constituição. Os militares lusos, reunidos numa junta governativa, dissolveram a Câmara de Belém e perseguiram os liberais, obrigados a se refugiar no interior. Ali, entrariam em contato com os núcleos rebeldes da população humilde.

A junta lusitana estava isolada em Belém, o que facilitou sua destituição pelos mercenários ingleses do Almirante Grenfell, a soldo de D. Pedro I (ver Cap. XXXVII). Deposta a junta, o povo exigiu, com apoio de uma parte das tropas, a formação de um governo popular, com a chefia de Batista Campos. Grenfell, que tinha ordens expressas para só entregar o governo a homens de confiança do imperador, desencadeou uma violentíssima repressão, usando métodos que os mercenários ingleses haviam desenvolvido, amplamente, em suas violentas intervenções nas lutas latino-americanas. Fuzilou muitas pessoas, valendo-se até do recurso de prendê-las à boca de um canhão e disparar, dilacerando-lhes as carnes. O ódio aos

ingleses e ao governo central arraigou-se profundamente entre o povo paraense. Grenfell, que chegou a sofrer um atentado, não conseguiu submeter Camelá, onde alguns líderes populares se haviam refugiado, e retirou-se deixando a Capital da província em mãos de políticos conservadores ligados ao comércio português.²¹

Durante todo o Primeiro Reinado, a agitação no Pará se manteve, com uma série de motins populares no interior e levantes na Capital. Nesta última, a tropa de linha, de composição bastante popular, também mantinha a recusa de aceitar o poder central e as autoridades locais. Por isso mesmo, foi criada logo em 1831 a Guarda Nacional, de elementos ligados ao comércio, e os agitadores, recrutados à força para a tropa regular, foram enviados para regiões distantes, na fronteira. As providências surtiram pouco resultado. A agitação política, que se instalara em todo o país com a queda de Pedro I (ver Cap. XLI), atingiu o Pará de maneira muito mais intensa.

4. O Desencadeamento da Cabanagem

Em dezembro de 1833 assumiu a presidência da província Lobo de Sousa, um ano depois que o Desembargador José Mariani, indicado para o posto, não pudera assumir, obstado pela facção de Batista Campos. Tendo ocupado o cargo, o novo presidente buscou a conciliação entre as facções: deu anistia aos presos (ligados à facção radical de Batista Campos) e ao mesmo tempo promoveu o reforço do aparato da repressão. No ano seguinte de sua posse, o bispo de Belém, D. Romualdo de Sousa Coelho, lançou uma carta pastoral condenando a maçonaria, um dos núcleos da facção rival à de Batista Campos. Sem autorização das autoridades, o cônego publicou esta pastoral e passou a ser perseguido por forças do governo. Refugiou-se na fazenda de um seu correligionário — Félix Antônio Clemente Malcher, antigo oficial da tropa de linha —, onde se reuniu aos irmãos Vinagre, lavradores, e a Eduardo Angelim, jornalista, líderes capazes de mobilizar amplos contingentes das camadas mais baixas da população. O governo enviou expedições punitivas à fazenda de Malcher. Em 28 de outubro de 1834 a propriedade foi invadida e incendiada. Os rebeldes haviam debandado. No dia 3 de novembro as tropas oficiais conseguiram matar Manuel Vinagre e prender Malcher, seu filho e inúmeros rebeldes.

A sedição alastrou-se totalmente no seio da tropa, ganhando apoio em todos os núcleos mais importantes.

No dia 6 de janeiro os revoltosos se reuniram nos arredores de Belém. Uma coluna comandada por Francisco Pedro Vinagre tomou o Batalhão de Caçadores e o Corpo de Artilharia, com a colaboração dos próprios comandantes daquelas guarnições. Apoderaram-se do material bélico e destacaram patrulhas para a cidade. Duas outras colunas atacaram o palácio e as residências de autoridades. Resultou daí a morte do comandante das armas e do Presidente Lobo de Sousa, este último alvejado pelo índio Domingos Onça. Os presos foram soltos e Malcher aclamado presidente da província, em 7 de janeiro, enquanto os cadáveres do presidente e do comandante das armas eram arrastados pela cidade.

Malcher na presidência e Francisco Pedro Vinagre como comandante de armas, assim iniciou-se o primeiro governo dos "cabanos". A força da Marinha estacionada em Belém acabou sujeitando-se à situação, mesmo porque Malcher, divergindo dos radicais, manifestava intenção de manter a província vinculada ao império, permanecendo no poder até à maioria. A violência e ações das camadas mais baixas da população continuaram e acabaram por provocar dissensões entre Malcher e as elites dominantes, de um lado, e Vinagre e Angelim com os cabanos e boa parte das tropas, de outro. No dia 19 de feve-

²¹ Ver a respeito Raiol, Domingos A., "Motins Políticos," Univ. Federal do Pará, Belém, 1970, pp. 39 a 70.

reiro, Malcher mandou prender Angelim sem conhecimento do comandante das armas. Isso foi o bastante para que as duas forças, já polarizadas, entrassem em choque aberto, do qual resultou a vitória dos comandados de Vinagre. Agora, além de comandante das armas era também o novo presidente da província.

Francisco Pedro, porém, não agiu à altura da responsabilidade histórica que lhe foi colocada, como chefe do primeiro e único governo efetivamente popular, de base índia e camponesa, de nossa História. Como Malcher, traiu seus comandados e concordou em negociar com as autoridades do poder central. Só não entregou de imediato o governo da província porque foi impedido por seu irmão Antônio Vinagre. Nesse ínterim, o governo da regência, no Rio, resolveu tomar providências mais enérgicas, enviando a Belém uma esquadra com cerca de 600 homens, sob o comando do almirante inglês Taylor, para custodiar o novo presidente nomeado, Manuel Jorge Rodrigues. As vacilações de Francisco Pedro deixaram Belém em poder dos legalistas.

Vencidos na Capital, Antônio Vinagre e Angelim voltaram ao reduto natural dos "cabanos", o interior, em meio aos tapuios, índios, caboclos e negros. Reforçando suas tropas, atacaram Belém em 14 de agosto, comandando mais de três mil homens. Durante 9 dias, enfrentaram as forças locais e do governo central, em combates extremamente violentos, em que morreu Antônio, mas vencendo por fim em 23.

A Derrota do Governo Cabano e o Massacre dos Paraenses — Um governo popular e revolucionário, tendo à frente Eduardo Angelim, inaugurou a nova fase de domínio cabano, despertando grandes esperanças entre o povo. Os grupos dominantes mantiveram-se aterrorizados durante os 10 meses que o governo durou, sendo perseguidos por aqueles a quem tanto exploraram. Mas as esperanças não se concretizaram: os cabanos nunca conseguiram transformá-las em um programa efetivo de governo, não dispondo de uma doutrina ou referência para isso. A sua permanência no poder desgastou bastante o governo da regência, contribuindo para a queda de Feijó daquele cargo, em 1837. Mas não destruiu as bases de poder dos oligarcas locais.

Feijó enviou, em abril de 1836, uma poderosa força militar comandada pelo Brigadeiro Soares de Andrea, auxiliada por uma força naval comandada por João Frederico Mariath. Depois de algumas discussões internas, com suas lideranças divididas, os cabanos resolveram debandar da Capital, para resistir no interior. Em 14 de maio, Soares de Andrea tomou Belém; mas faltava muito para reconquistar toda a vasta província, em que os cabanos dominavam os mais distantes núcleos. Enipregou-se o massacre: seguindo táticas muito comuns aos mercenários ingleses, as forças governamentais, durante três anos, promoveram o incêndio, a destruição e o assassinio de populações inteiras das aldeias amazônicas; 40 000 mortos em três anos, até 1839, quando a província, que não chegava a 100 000 habitantes, foi considerada "pacificada". Só assim o povo paraense aceitou o império.